

Financiamento coletivo, um caminho viável para um jornalismo com rigor científico sobre alimentação no Brasil¹

Denise Corrêa BARCELOS²

Larissa Leda F. ROCHA³

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz/MA

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo a análise do conteúdo produzido pelo site “O Joio e o Trigo”, sobre a Nova Cesta Básica (Ministério da Fazenda, 2024), para compreender se o financiamento coletivo permite a produção de um jornalismo com rigor científico no tocante aos assuntos ligados à alimentação e saúde coletiva. Baseamos nossa pesquisa na leitura de cenário e investigação de uma matéria, ancorados em estudos de autores como Paim (2017), Berger (2008) e Guimarães (2017). Observamos que a não presença de publicidades permitiu rigor científico, escuta dos lados envolvidos no debate e reflexão com enfoque no interesse coletivo e de saúde pública.

PALAVRAS-CHAVE: alimentação; saúde coletiva; comunicação; financiamento coletivo.

Considerações iniciais

Sendo a alimentação e o risco do consumo de alimentos ultraprocessados um assunto caro à saúde pública brasileira, vemos um panorama nacional que se mostra cada vez mais desafiador à adoção de hábitos alimentares adequados e saudáveis, conforme define o Guia Alimentar para a População Brasileira (Ministério da Saúde, 2014, p.8):

A alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Estudante do mestrado em Comunicação do PPGCOM/UFMA, bolsista CAPES, pesquisadora discente do grupo de pesquisa ObEEC (UFMA/CNPq). Email: denisebarcelos@hotmail.com

³ Pós-Doutora (ECA/USP) e Doutora em Comunicação Social (PUC-RS). Docente da UFMA e dos Programas de Pós-Graduação de Comunicação (PPGCOM) e de Artes Cênicas (PPGAC) da UFMA. Desenvolve a pesquisa “A maldade e suas encarnações: vilania, teledramaturgia e monstruosidades” financiada pela FAPEMA. Coordenadora do grupo de pesquisa ObEEC (UFMA/CNPq) e do GP de Ficção Televisiva Seriada da Intercom. E-mail: larissa.leda@ufma.br.

Entre os desafios enfrentados, tem-se as mudanças climáticas e os impactos na produção de alimentos, conforme apresentado pelo Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança no Clima (IPCC para a ONU, 2024); a iminente reforma tributária brasileira (Ministério da Fazenda, 2024); os malefícios do uso de agrotóxicos pelo agronegócio brasileiro (Lopes; Albuquerque, 2018); o lobby da indústria alimentar (Baird, 2016); e, um país que enfrentou aumento nos índices de insegurança alimentar, principalmente entre 2018 e 2020 (FAO, 2024). Como estaria, então, a mídia se comportando diante desse quadro complexo? Os interesses do agronegócio e da indústria estariam se sobrepondo ao interesse público na hora de se levar informação à sociedade?

Para compreender o caminho que está sendo percorrido pela mídia especializada em assuntos que perpassam a alimentação, o presente trabalho se deterá no material produzido pelo projeto jornalístico “O Joio e o Trigo”, que se apresenta como um site de jornalismo investigativo sobre alimentação, saúde e poder e que é viabilizado através do financiamento coletivo. O recorte se dará na utilização de conteúdo sobre a Nova Cesta Básica Nacional, sancionada via Decreto nº 11.936, de 5 março de 2024. O objetivo será analisar se sua produção consegue abarcar o interesse coletivo e social e se sobrepor aos interesses econômicos do agronegócio e da indústria alimentar e produzir um conteúdo com rigor científico.

Para tanto, metodologicamente, optamos, inicialmente, por uma leitura de cenário sobre comunicação, saúde e os reflexos da Nova Cesta Básica na alimentação brasileira. No segundo momento, para compreender e exemplificar se o interesse público é melhor abraçado pelo jornalismo financiado coletivamente ou não, analisamos a matéria “Governo propõe impostos sobre refrigerantes”⁴, observando como seu conteúdo é apresentado e se, de fato, tem o caráter informativo, rigor científico e cumpre seu papel social. Por fim, refletiremos se o financiamento coletivo é um aliado na qualidade da informação, visto que, em teoria, não teria interesses econômicos e políticos que poderiam se sobrepor aos interesses público e da saúde coletiva.

Afinal, de que jornalismo estamos falando?

No decorrer das últimas cinco décadas, os estudos em Comunicação na América Latina tiveram seu maior desenvolvimento, pois é “entre o final dos anos 1960, início

⁴ Notícia publicada no site O Joio e o Trigo, de autoria de João Peres, em 25 de abril de 2024. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2024/04/reforma-tributaria-refrigerante/>. Acessado em: 12 jun 2024.

dos 1970, que se inaugura uma reflexão efetivamente latino-americana sobre a comunicação, pois as condições estruturais do subdesenvolvimento são consideradas e incorporadas na análise dos meios” (Berger, 2008, p. 3). Há, assim, uma reflexão maior sobre as diferenças entre o norte e o sul global, entendimento sobre as diferenças socioculturais presentes em países como o Brasil, as produções jornalísticas que seguem os interesses econômicos e políticos, uma descolonização do pensamento sobre comunicação e produção, o jornalismo de denúncia e se destacam os estudos culturais com ênfase em “refletir sobre o papel dos meios de comunicação na constituição de identidades” (Escosteguy, 2008, p. 11).

Tendo como ponto de partida este cenário, além da escolha de nosso objeto empírico, o O Joio e o Trigo, passamos à fase de compreender os conceitos dos jornalismo investigativo, independente, científico e de divulgação científica, para poder, assim, durante a análise do conteúdo da matéria escolhida, entendermos se ele realmente realiza o que se propõe e se há o rigor científico de fato.

De pronto o termo “jornalismo investigativo” pode soar redundante, visto que todo jornalismo pressupõe investigação dos fatos. Contudo, como classificação, o investigativo é marcado pela profundidade, pela busca de fatos ocultos e ocultados de interesse público, pela denúncia, transparência e busca de possíveis mudanças sociais e políticas. Fortes (2005, p. 9) ressalta que “jornalismo investigativo é algo mais complexo, trabalhoso e perigoso. Não se assemelha com a rotina natural das redações. Exige talento, tempo, dinheiro, paciência e sorte”.

No Brasil, foi somente após o período da Ditadura Militar, principalmente durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello, que ele ganhou fôlego e interesse das empresas de comunicação. Marcos importantes e que consolidaram o gênero no país foram o *impeachment* de Collor⁵ e, em 2002, a criação da Abraji (Agência Brasileira de Jornalismo Investigativo). Entre as discussões sobre jornalismo investigativo, no Brasil, Nascimento (2016) pontua a incômoda realidade da transformação do “jornalismo investigativo” no que ele chama de “jornalismo sobre investigações”, visto que a maioria das matérias e reportagens se dá a partir de descobertas de autoridades que, por lei, tem a obrigação de o fazerem. Contudo, alguns

⁵ O então presidente acabou não sofrendo o processo de *impeachment*, pois renunciou no dia 29 de dezembro de 1992 e, no dia seguinte, foi condenado à perda de mandato e à inelegibilidade por 8 anos.

nomes se destacam por irem a campo e fazerem investigações por além das recebidas, tal qual a jornalista Eliane Brum⁶.

Já o jornalismo independente, é uma prática jornalística caracterizada pela autonomia do jornalista ou do meio de comunicação diante dos grupos políticos, econômicos e instituições (Lima, 2013). Por sua independência, traz conteúdos críticos, imparciais e que priorizam a transparência, tendo como premissa básica uma abordagem mais pautada nos interesses públicos e coletivos. Em muitos casos, há traços de um jornalismo decolonial e que pensa a comunicação de forma menos hegemônica e levando em consideração as características da região e diferenciando o norte do sul global.

Enquanto isso, o jornalismo científico é aquele que se dedica à divulgação e tradução ao público leigo e leitor sobre ciência e tecnologia. Através de estudos e escutas das fontes primárias da produção científica, o jornalista fica encarregado de tornar simples, sem ser simplista, assuntos complexos, de interesse público e que grande parte da população muitas vezes não sabe nem como ter acesso a esse tipo de conhecimento ou o porquê de sua pertinência. Nos últimos 30 anos, no Brasil se destacam a publicação de conteúdos sobre áreas “como a informática/computação (vide o espantoso impacto provocado pela Internet), a biotecnologia, o meio ambiente, a pesquisa agropecuária, a cosmologia/ astrofísica e a genética, dentre muitas outras” (Bueno, 2009. p. 119). E, nota-se, que há “o crescimento de novos espaços de divulgação e para a acelerada capacitação dos profissionais de imprensa e de comunicadores científicos” (Bueno, 2009. p. 121). Entretanto, ainda há uma carência de um olhar crítico, além do deslumbramento pontuado por Wilson Bueno; a reprodução de cópias de *releases* enviados às redações, que priorizam as produções do eixo Sul-Sudeste brasileiro; e o entendimento de fontes e artigos que realmente sejam relevantes sobre a temática, ainda mais na era das *fake news*.

Aliado ao jornalismo científico, o de divulgação científica, realizado principalmente através de revistas e periódicos, responsabiliza-se pela abordagem da produção acadêmica envolvida nas áreas das ciências e tecnologia. Contudo, “o trabalho de divulgação científica, no Brasil, continua sendo obstaculizado pela ausência de uma

⁶ Eliane Brum é jornalista, escritora e documentarista. Publicou oito livros no Brasil, além de participar de coletâneas de crônicas, contos e ensaios. Teve seu trabalho reconhecido por dezenas de premiações e distinções no Brasil e no Exterior. Entre elas, estão o Prêmio Esso, Vladimir Herzog, Ayrton Senna, Líbero Badaró, Sociedade Interamericana de Imprensa e Rei de Espanha. Atualmente, trabalha como jornalista independente em projetos de longo prazo com populações tradicionais da Amazônia e das periferias da Grande São Paulo.

‘cultura de comunicação’ nos nossos principais centros geradores de C&T (universidades, institutos e empresas de pesquisa)” (Bueno, 2009. p. 121).

Outro ponto importante a ser considerado, ao se levantar questões de comunicação, jornalismo, saúde e ciência, no Brasil, é que o “domínio da mídia cresce de forma exacerbada, passando a ser considerada o quarto maior segmento econômico do mundo, maior fonte de informação e acúmulo de poder, capaz de construir realidades” (Guimarães et al, 2017, p.106) e, assim, “a mídia dissemina discursos com sentidos informativos, mas que, em seus processos interpretativos do público que alcança podem influenciar práticas em saúde e viabilizar interesses diversos, criando falsas necessidades” (Guimarães et al, 2017, p.106).

A saúde da população brasileira em transição

Concomitantemente, os hábitos e comportamentos da população brasileira sofreram grandes mudanças e o Ministério da Saúde (2005) aponta que “nas últimas décadas as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) passaram a liderar as causas de óbito no país, ultrapassando as taxas de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias (DIP) na década de 1980”. Dentre as DCNTs mais presentes no Brasil, por exemplo, as doenças cardiovasculares são apontadas como a principal causa de morte no país e uma das principais causas no mundo. Segundo os especialistas, “grande parte dessas ocorrências poderiam ser evitadas com mudanças no estilo de vida. Dentre essas mudanças, podemos incluir a melhora do hábito alimentar” (Camarneiro et al., 2018).

Nos anos 2008 e 2009, foi realizado o Inquérito Nacional de Alimentação, composto por amostra probabilística da Pesquisa de Orçamentos Familiares (Souza, 2013), que demonstrou que os alimentos mais consumidos pela população brasileira foram arroz (84,0%), café (79,0%), feijão (72,8%), pão de sal (63,0%) e carne bovina (48,7%), destacando-se também o consumo de sucos e refrescos (39,8%), refrigerantes (23,0%) e menor presença de frutas (16,0%) e hortaliças (16,0%). Ou seja, apesar de ainda ser muito presente o básico feijão e arroz, a população acaba sendo alvo dos ultraprocessados, que além de baixo custo também são ricos em sódio, conservantes, corantes, acidulantes, açúcares e demais substâncias intimamente ligadas aos hábitos que aumentam as chances do desenvolvimento de agravos e DCNTs.

Dito tudo isso, para se falar sobre assuntos tão fundamentais à população brasileira, como alimentação e a criação da Nova Cesta Básica, é imperativo que o

jornalista busque o mínimo de conhecimento com embasamento científico sobre o tema e ser muito criterioso ao escolher suas fontes. Desse modo, o presente trabalho questiona, afinal, o que é o rigor científico que se espera nas produções jornalísticas sobre alimentação e saúde?

Por além das práticas, métodos e normas que fazem parte da busca por resultados confiáveis, transparentes e verificáveis pelos pares, “o rigor científico é multifacetado e não há um único critério que possa defini-lo” e “mesmo a abordagem experimental mais cuidadosa não é rigorosa se a interpretação se basear em uma falácia lógica ou for intelectualmente desonesta” (Casadevall e Fang, 2016). E, em se tratando de pesquisas qualitativas, os procedimentos técnicos e todos instrumentos previstos para se considerar que há rigor são excessivamente prescritivos e “nenhum desses reparos técnicos, por si só, conferem rigor; eles podem fortalecer o rigor da pesquisa qualitativa somente se estiverem incorporadas a um amplo entendimento do desenho da pesquisa qualitativa e da análise de dados” (Barbour, 2001).

Todavia, o consenso, nas áreas da Saúde e Nutrição, por exemplo, é de que a validação da pesquisa científica é o que torna um assunto validado ou não. Portanto, haveria rigor científico na produção jornalística sobre alimentação quando referenciada por pesquisas validadas pela comunidade acadêmica e escuta de fontes confiáveis e pertencentes ao rol de pesquisadores da área, seja nutricionistas, nutrólogos, médicos, biomédicos e afins?

Não obstante, em se tratando de um país com história e cultura tão vastos, não caberia à ciência e ao jornalismo abarcarem os conhecimentos populares, dos povos originários, por exemplo? Dentre os desafios da pesquisa social, há um “universo de vários tipos de saberes, a ciência é apenas uma forma de expressão dessa busca, não exclusiva, não conclusiva e não definitiva de conhecimentos” (Minayo, 2023. p.11). Portanto, há de se compreender, principalmente no tocante à cultura alimentar de um país de proporções continentais, costumes variados e produção de alimentos tão diversificados, que nem tudo ainda foi testado e validado pela ciência, mas há um apelo e acatamento muito grande pelos populares, por verem os resultados na prática e passados de geração por geração.

De forma integrativa, atualmente, o próprio Sistema Único de Saúde (SUS) já se apropria do conhecimento popular ao elencar, em todos os níveis da Rede de Atenção à Saúde, com foco especial na Atenção Primária, a Política Nacional de Práticas

Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (PNPIC). Sem a pretensão de substituir as práticas tradicionais, as condutas terapêuticas têm uma visão “ampliada do processo saúde e doença, assim como a promoção do cuidado integral do ser humano, especialmente do autocuidado. As indicações às práticas se baseiam no indivíduo como um todo, levando em conta seus aspectos físicos, emocionais, mentais e sociais” (Ministério da Saúde, 2023).

Outro ponto relevante no tocante ao rigor científico, alimentação e conhecimento popular, é o respeito às culturas alimentares na construção do Guia Alimentar para a População Brasileira, que auxiliaram na criação da Nova Cesta Básica⁷ e de políticas voltadas à segurança alimentar, que privilegiam a compra de alimentos de produtores locais, respeito às alimentações dos povos originários e afins.

Historicamente no Brasil, ainda em se tratando de assuntos relacionados à alimentação, outros problemas enfrentados são as cargas tributárias seletivas sobre alimentos (Peão; Alves, 2020) e as desigualdades agrária e de produção no país (Aquino; Gazolla; Schneider, 2018). Portanto, o estabelecimento de uma Nova Cesta Básica, que prioriza alimentos *in natura* e taxação de alimentos ultraprocessados, mostra-se como um passo importante. Contudo, enfrenta as fortes pressões do agronegócio e da indústria alimentícia, que privilegia seus ganhos aos interesses sociais e de saúde pública, ao realizarem lobbies sobre as decisões do Governo e de produções na mídia tradicional (Baird, 2016).

Diante deste cenário, podemos pensar sobre a análise da produção jornalística do “O Joio e o Trigo”, mantidos via financiamento coletivo realizado por seus leitores, e que se descrevem como um veículo

que aceita e valoriza a utopia. Que busca descolonizar o imaginário para construir saídas. Que se pauta por valores, e não por pessoas, forças político-partidárias ou econômicas. Que assume a necessidade de o jornalismo dialogar com novas linguagens e outras áreas do conhecimento (O Joio e o Trigo, 2024)

O site o “Joio e o Trigo” está no ar desde 2017, foi fundado pelos jornalistas João Peres e Moriti Neto, apresenta-se como “jornalismo investigativo sobre alimentação, saúde e poder” e como sendo “um projeto jornalístico que afirma a necessidade de construirmos um novo sistema econômico, que coloque o bem-estar das pessoas, dos animais e do planeta no centro” (O Joio e o Trigo, 2024). Inicialmente, o

⁷ Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/decreto-regulamenta-nova-composicao-da-cesta-basica>. Acessado em: 04 out 24.

site começou pequeno e com jornalismo independente e investigativo sobre a indústria de alimentos ultraprocessados e o impacto na saúde e bem estar coletivos. Posteriormente, o escopo foi ampliado e passou a cobrir, inclusive, as políticas públicas governamentais, o agronegócio, os lobbies, a indústria do cigarro e os impactos socioambientais. Desde 2020, está no ar o podcast Prato Cheio, o primeiro no Brasil a investigar sobre alimentação, além de uma área de formação com cursos sobre as áreas que o site se propõe a cobrir, uma loja com produtos customizados e uma editora de livros.

Atualmente, a equipe que compõem o site conta com 11 jornalistas e tem um conselho editorial com mais 6 profissionais da comunicação, antropologia, biologia, direito e ciências sociais, além de um conselho fiscal. E, para além do financiamento coletivo, realizado via assinaturas mensais pagas pelos leitores e contribuições avulsas, o site é apoiado por organizações nacionais e internacionais (ACT Promoção da Saúde, Ford Foundation, Heinrich Boll Stiftung, Instituto Clima e Sociedade, Ibirapitanga e OAK Foundation).

Uma das marcas editoriais do “O Joio e o Trigo” é ser irreverente, contra-hegemônico, decolonial e priorizar o rigor, baseado em pesquisas científicas, entrevistas, suporte de profissionais consagrados, viagens de campo. Para falar sobre algo que é político, como o ato de comer, para uma população que carece de informações, o site se propõe e estudar profundamente os temas abordados e disseminar conteúdo de qualidade aos seus leitores. As pautas são realizadas para reconhecer valores, buscar saídas para problemas tão graves e que dialoguem com novas linguagens e áreas de conhecimento.

Ao analisar a matéria “Governo propõe imposto sobre refrigerantes”⁸, as características primeiras do site ficam evidentes. O texto começa com um detalhamento da proposta de criação de um imposto sobre refrigerantes e alimentos ultraprocessados, com a fala do atual ministro da Fazenda Fernando Haddad, responsável pelo projeto de lei, que esclarece o motivo da escolha do tributo, levando em consideração dados da Organização Mundial da Saúde (OMS).

⁸ Notícia publicada no site O Joio e o Trigo, de autoria de João Peres, em 25 de abril de 2024. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2024/04/reforma-tributaria-refrigerante/>. Acessado em: 12 jun 2024.

LOBBY

Governo propõe imposto sobre refrigerantes

25.04.24 | Por João Peres

Proposta de regulamentação da reforma tributária enviada ao Congresso prevê que ultraprocessados paguem mais impostos. Associação da indústria diz que imposto seletivo não funciona

O governo federal propôs a criação de um imposto especial sobre refrigerantes. A ideia faz parte do [projeto de lei](#) apresentado na noite de quarta-feira (24) pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, à Câmara e ao Senado para a regulamentação da reforma tributária aprovada no ano passado.

Com 360 páginas, o projeto prevê os caminhos para a adoção de um imposto único nacional. Além disso, o texto encaminhado ao Congresso dedica um capítulo inteiro à criação do tributo seletivo sobre seis grupos de produtos considerados nocivos à saúde e ao meio ambiente: veículos, embarcações e aeronaves, produtos fumígenos (como cigarros), bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas e bens minerais. No caso dos cigarros, já incide um imposto especial, de modo que a proposta do governo é manter a reera.

Fonte: O Joio e o Trigo

Num segundo momento, traz informações sobre a reação dos presidentes do Senado e da Câmara Legislativa e abre espaço para a exposição de opinião da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), que tem um posicionamento aparentemente preocupante aos interesses da saúde coletiva e se apresenta como “um grupo de interesse especial que utiliza seu significativo poder econômico para influenciar decisões governamentais em seu favor” (Mariath; Martins, 2020, p. 1).

Como forma de já mostrar um posicionamento preocupado com o rigor científico, levando em consideração as definições que apresentamos anteriormente, e preocupação dos interesses coletivos, a matéria segue trazendo, em seguida, evidências científicas que apontam os riscos do consumo de alimentos ultraprocessados e os prejuízos à saúde coletiva. E, enquanto desmembra os embates políticos da aprovação do projeto de lei, abre espaço para a fala de associações ligadas à promoção de saúde e para dados de estudos de entidades renomadas, que corroboram com a importância da criação de medidas que estimulem a adoção de hábitos alimentares saudáveis.

Comprovando o caráter questionador, ao detalhar a proposta da criação do imposto seletivo, aponta a falta de informações se no novo modelo as indústrias teriam, ainda, os subsídios recebidos pelas fabricantes de bebidas não alcoólicas que estão na Zona Franca de Manaus. No modelo atual, além de uma série de isenções para empresas sediadas na área de livre comércio, há a cobrança de créditos em cima do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), válida para todos os setores da economia, para que não haja escalonamento na cobrança de tributos em todas as etapas de produção e nem um peso no preço final. Contudo, as empresas da Zona Franca, mesmo não pagando

impostos, cobram esses créditos tributários em cima da alíquota cheia, ou seja, as produtoras de refrigerante dão arrecadação negativa ao Governo, que acaba gastando mais sempre que se produz mais.

Zona Franca

O capítulo relativo ao imposto seletivo define que será “vedado qualquer tipo de aproveitamento de crédito do imposto com operações anteriores ou geração de créditos para operações posteriores”. Ainda não está claro, porém, se o novo modelo acabaria com os subsídios públicos dados às fabricantes de bebidas não alcoólicas que atuam na Zona Franca de Manaus.

“Hoje, quanto mais refrigerante vendido, mais o governo gasta”

A proposta enviada ao Congresso mantém uma série de isenções para empresas sediadas na área de livre comércio. A questão, no caso da indústria de refrigerantes e afins, é que existe uma cobrança de créditos em cima do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Essa cobrança é válida para todos os setores da economia como uma forma de evitar tributação em cascata, ou seja, que os tributos incidentes nas várias etapas de fabricação se acumulem, pesando sobre o preço final.

No caso da Zona Franca, mesmo sem pagar impostos, as fabricantes de bebidas cobram créditos tributários em cima da alíquota cheia, num esquema que faz com que o setor de refrigerantes chegue a dar arrecadação negativa ao governo – em outras palavras, quanto mais refrigerante vendido, mais o governo gasta. Trata-se de um subsídio dado desde o começo dos anos 1990 a um produto que hoje, irrefutavelmente, está ligado a uma série de problemas de saúde.

Fonte: O Joio e o Trigo

Por fim, a matéria se detém sobre a Nova Cesta Básica proposta pelo Governo; seus avanços; a importância de ter se orientado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira; uma reflexão sobre o que deveria ser melhorado; e como afeta as diferentes camadas da sociedade.

Das principais críticas está a entrada na lista de alguns ultraprocessados, como a margarina, e as brechas que surgirão pelas nomenclaturas adotadas, que poderão permitir que mais itens recebam as isenções, mesmo o Governo defendendo que os alimentos ultraprocessados paguem a alíquota cheia.

Sobre os benefícios apresentados, mostra que, em tempos de inflação, essa isenção dos produtos saudáveis poderá baratear os preços para a população, a importância de se taxar itens considerados de luxo e quais categorias que receberão alíquotas reduzidas. Além de explicar como afetará de forma diferente as camadas sociais, trazendo, em suma, alívio para o orçamento das populações de baixa renda.

Considerações finais

Portanto, ao nos debruçarmos sobre a proposta do “O Joio e o Trigo” e a matéria destacada, notamos a presença de características dos jornalismo investigativo, independente e científico. Fica evidente a preocupação em investigar, denunciar e dar informações minimamente suficientes, do ponto de vista científico, para que o leitor compreenda de fato o que envolve na criação do imposto analisado e da Nova Cesta Básica e crie um senso crítico sobre a temática.

Quanto aos rigores científico e de apuração, da escuta dos lados envolvidos e de reflexão, compreendemos que o financiamento coletivo tem papel fundamental na criação do conteúdo. Há um ganho perceptível na forma que as informações são trazidas, como os entrevistados são questionados, no desenrolar dos pontos sensíveis e que necessitam de um detalhamento facilitador na compreensão do leitor por serem temas mais técnicos, pois não sofrem pressões de anunciantes. Ao debater, por exemplo, a sensibilidade de assuntos como a presença de produtores de refrigerantes na Zona Franca e como os impostos funcionam na região, de forma que leigos compreendam, percebemos que é algo que não acabaria sendo evidenciado e detalhado caso o site tivesse uma dessas empresas como anunciante e que fizesse parte do grupo que pratica lobby junto às bancadas do Congresso e Senado. Na prática, vemos a liberdade gerada pelo financiamento, mas que nos parece exigir mais atenção ou cuidado, pois pode jogar por terra o trabalho caso mostre um excesso de viés ideológico e pouco sustentado em argumentos validados.

Notamos, ainda, que a leitura, mesmo mais extensa, é fluida, pois não é picotada por anúncios, que são encontrados em sites mantidos por publicidade, e a atenção não é desviada a cada bloco de leitura. A possibilidade de poder se concentrar de fato no conteúdo, sem ser bombardeado por imagens que desviem o foco ou atraiam a atenção para páginas que podem, inclusive, reforçar o oposto do apresentado pelo jornalista é, sim, ponto importante trazido pela proposta encontrada principalmente no jornalismo independente e que amplificam o cuidado com a saúde pública e os interesse coletivos,.

No tocante aos hábitos alimentares, o princípio basilar da produção de conhecimento leva em consideração a saúde coletiva, contribuindo, inclusive “para a incorporação de conhecimentos da saúde à cultura geral da população, com efeitos complexos na relação dos cidadãos com os profissionais e serviços de saúde” (Paim; Rangel-S, 2017, p. 35). Contudo, precisa-se ressaltar que as informações científicas que estão marcadas para serem compreendidas com uma leitura complementar em outros

links, que levam às outras matérias do próprio site, poderiam ter a referência dos órgãos e entidades que as respaldam no próprio corpo do texto, visto que deixariam mais claro o posicionamento de preocupação com informações referenciadas por estudos. A matéria ganharia em qualidade, sem um aumento expressivo em seu tamanho.

Por fim, tais fatos corroboram com o argumento inicial deste trabalho de que a indústria alimentícia e o agronegócio acabam pressionando e perpassando, de forma velada, os interesses coletivos, as evidências científicas e a reflexão social, em detrimento ao lucro, inviabilizando que informações mais completas e eficazes para a sustentação de uma saúde global cheguem à população. Sendo assim, o financiamento coletivo seria uma alternativa para a produção de conteúdo com rigor científico e que coloque em primeiro lugar o interesse coletivo e de saúde pública. Contudo, em um outro momento, caberia a análise de como se articulam perspectivas ideológicas e políticas na construção das narrativas.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R. de; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S.. **Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira**. Rev. Econ. Sociol. Rural 56 (1), Jan-Mar 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BAIRD, M. F.. O lobby na regulação da publicidade de alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. In: **Revista Sociologia e Política**. v. 24, n. 57, Mar 2024. p. 67-91. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/y9dLdpfTPL5brNmVT5hHTNh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BERGER, C. **A pesquisa em Comunicação na América Latina**. In: Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências. Hohlfeldt, A. et al (orgs.) Petrópolis, RJ; Vozes; 8 ed; 2008.

BRASIL, Agência Gov. **Decreto regulamenta nova composição da cesta básica**. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202403/decreto-regulamenta-nova-composicao-da-cesta-basica>. Acessado em: 04 out 24.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. **Decreto nº 11.936**, de 5 de março de 2024. Brasília: Atos do Poder Executivo. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.936-de-5-de-marco-de-2024-546760941>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Regulamentação da Reforma Tributária**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/regulamentacao-da-reforma-tributaria/lei-geral-do-ibs-da-cbs-e-do-imposto-seletivo/Lei-Geral-do-IBS-da-CBS-e-do-Imposto-Seletivo>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em:

https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf.
Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pics>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Recursos Terapêuticos**. Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pics/recursos-terapeuticos>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BUENO, W. C. **Jornalismo científico no Brasil: os desafios de uma trajetória**. In PORTO, CM., org. Difusão e cultura científica: alguns recortes [online]. Salvador: EDUFBA, 2009.

CAMARNEIRO, J. M.; RODRIGUES, M. B.; MARTINS, C. M. **Assistência Nutricional na Obesidade e Doenças Cardiovasculares**. Londrina: Educacional S.A, 2018.

CASADEVALL, A. et al. **Rigorous Science: A How-To Guide**. *mBio* [online]. 2016, vol. 07, no. 06, e01902-16. Disponível em: <https://mbio.asm.org/content/7/6/e01902-16>. Acessado em: 02 de set. de 2024.

ESCOSTEGUY, A. C. D. Os estudos culturais. In: **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Hohlfeldt, A. et al (orgs.) Petrópolis, RJ; Vozes; 8 ed; 2008.

FORTES, L. B.. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

GUIMARÃES, J. et al. Um modelo de análise do discurso noticioso em saúde. In: **Comunicação e Saúde: perspectivas contemporâneas**. Ramos, Natália et al (orgs.). Salvador: EDUFBA, 2017. p. 105-125.

IPCC, 2023: Summary for Policymakers. In: **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, pp. 1-34, doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001.

LIMA, V. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 89-94.

LOPES, C.; ALBUQUERQUE, G.. **Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática**. Saúde debate. Rio de Janeiro, v. 42 (117), Apr-Jun, 2018. p. 518-534. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811714>. Acesso em: 24 jun. 2024 .

MARIATH, A.; MARTINS, A. **Atuação da indústria de produtos ultraprocessados como um grupo de interesse**. Revista Saúde Pública. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/WdQRW8qThSVGn6FjM6LDVCy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. Prtrópolis/RJ: Ed. Vozes. 2016.

NASCIMENTO, S. **Os novos escribas: O fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil**. Porto Alegre/RS: Arquipélogo Editorial LTDA. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Brasil em resumo**. Brasília. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

PAIM, M.; RANGEL, M. **Sites de Observatórios de Saúde: uma análise de forma e conteúdo**. In: Comunicação e Saúde: perspectivas contemporâneas. RAMOS, N. et al (orgs.). Salvador: EDUFBA, 2017. p. 35-50.

PEÃO, G.; ALVES, A. **Tributação e extrafiscalidade de alimentos com altas quantidades de açúcar: análises a partir do princípio da seletividade e impactos sobre a gestão pública**. Revista Internacional de Debates da Administração Pública. São Paulo, v.5, n.1, Jan–Dez, 2020. p. 278-301.

Peres, J. **Governo propõe imposto sobre refrigerantes**, O Joio e O Trigo, São Paulo, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2024/04/reforma-tributaria-refrigerante/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

QUEM somos. **O Joio e O Trigo**, São Paulo. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/quem-somos/>Acesso em: 27 jun. 2024.

SOUZA, Amanda de M. *et al.* **Alimentos mais consumidos no Brasil: Inquérito Nacional de Alimentação 2008-2009**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 47, supl. 1, p. 190s-199s, 2013.